

# **RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**

**PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017**

Elaborado conforme instruções contidas na Portaria STN nº 403, de 28 de junho de 2016.

**EXERCÍCIO DE 2017**

**PORTARIA Nº 003/18 - SEPLAN  
DE 22 DE JANEIRO DE 2018**

**PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL EM 24.01.2018, EDIÇÃO 017 - SUPLEMENTO  
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL EM 27.03.2018, EDIÇÃO 058 - SUPLEMENTO**

PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

- I - DEMONSTRATIVO DE DESPESA COM PESSOAL
- II - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
- III - DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
- IV - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
- V - DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
- VI- DEMONSTRATIVO DOS LIMITES

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO - PODER EXECUTIVO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017 - PERÍODO: JANEIRO A DEZEMBRO

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS  (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS <sup>1</sup>  (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	6.638.633.793,45	4.725.204,90
Pessoal Ativo	4.726.899.142,93	4.725.204,90
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.911.138.704,16	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	595.946,36	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	1.455.816.359,90	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	14.314.497,13	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	12.097.420,77	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.429.404.442,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	5.182.817.433,55	4.725.204,90

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	12.536.618.595,33	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)	850.000,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	12.535.768.595,33	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	<b>5.187.542.638,45</b>	<b>41,38</b>
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	6.142.526.611,71	49,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	5.835.400.281,13	46,55
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	5.528.273.950,54	44,10

FONTE: SIAFEM - SEPLAN; 15/MAR/2018; 17h

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Nota:  
Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V): disponível em <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais>

Tabela 1.2

**TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL**

<Exercício em que o ente excedeu o limite>			<Exercício do primeiro período seguinte>			<Exercício do segundo período seguinte>		
<Quadrimestre/Semestre>			<Primeiro período seguinte>			<Segundo período seguinte>		
Limite Máximo	% DTP	% Excedente	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)	Limite (e) = (b-d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (a)	% DTP (i)
(a)	(b)	(c) = (b-a)						

Nota: DTP corresponde à Despesa Total com Pessoal.

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO - CONSOLIDADO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017 - PERÍODO: JANEIRO A DEZEMBRO

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS <sup>1</sup> (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	8.347.784.705,86	4.725.204,90
Pessoal Ativo	6.190.371.638,17	4.725.204,90
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.156.817.121,33	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	595.946,36	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	1.694.306.730,08	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	18.365.442,07	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	98.438.549,09	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	36.553.711,25	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.540.949.027,67	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	6.653.477.975,78	4.725.204,90
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	12.536.618.595,33	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)	850.000,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	12.535.768.595,33	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	<b>6.658.203.180,68</b>	<b>53,11</b>
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	6.142.526.611,71	60,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	5.835.400.281,13	57,00
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	5.528.273.950,54	54,00

FONTES: SIAFEM - SEPLAN; 15/MAR/2018; 17h

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Nota:

Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V): disponível em <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais>

Tabela 1.2

**TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL**

<Exercício em que o ente excedeu o limite>			<Exercício do primeiro período seguinte>			<Exercício do segundo período seguinte>		
<Quadrimestre/Semestre>			<Primeiro período seguinte>			<Segundo período seguinte>		
Limite Máximo	% DTP	% Excedente	Redutor mínimo de  1/3 do Excedente	Limite	% DTP	Redutor Residual	Limite	% DTP
(a)	(b)	(c) = (b-a)	(d) = (1/3*c)	(e) = (b-d)	(f)	(g) = (f-a)	(h) = (a)	(i)

Nota: DTP corresponde à Despesa Total com Pessoal.

Tabela 2 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017 - BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	7.051.309.013,64	6.787.593.246,03	6.752.264.144,80	7.197.768.744,13
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Dívida Contratual	5.948.863.939,29	5.685.148.171,68	5.718.916.476,43	5.936.628.970,82
Emprestimos	4.475.752.558,47	4.222.033.914,17	4.285.288.148,75	4.510.519.662,75
Internos	2.572.602.249,63	2.539.865.167,83	2.632.474.690,61	2.777.107.008,86
Externos	1.903.150.308,84	1.682.168.746,34	1.652.813.458,14	1.733.412.653,89
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	1.472.956.026,59	1.463.028.328,06	1.433.564.380,78	1.426.067.876,61
Financiamentos	-	-	-	-
Internos	-	-	-	-
Externos	-	-	-	-
Parcelamento e Renegociação de dívidas	-	-	-	-
De Tributos	-	-	-	-
De Contribuições Previdenciárias	-	-	-	-
De Demais Contribuições Sociais	-	-	-	-
Do FGTS	-	-	-	-
Com Instituição Não financeira	-	-	-	-
Demais Dívidas Contratuais	155.354,23	85.929,45	63.946,90	41.431,46
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	1.102.445.074,35	1.102.445.074,35	1.033.347.668,37	1.261.139.773,31
Outras Dívidas	-	-	-	-
DEDUÇÕES (II)	1.597.019.642,36	2.522.858.872,91	2.181.019.941,20	1.710.319.077,15
Disponibilidade de Caixa <sup>1</sup>	1.597.019.642,36	2.522.858.872,91	2.181.019.941,20	1.691.790.749,35
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.850.165.530,85	2.567.159.703,31	2.208.519.761,49	2.108.852.414,66
(-) Restos a Pagar Processados	253.145.888,49	44.300.830,40	27.499.820,29	417.061.665,31
Demais Haveres Financeiros	-	-	-	18.528.327,80
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA<sup>2</sup> (DCL) (III) = (I - II)</b>	<b>5.454.289.371,28</b>	<b>4.264.734.373,12</b>	<b>4.571.244.203,60</b>	<b>5.487.449.666,98</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	12.480.062.588,49	12.860.550.166,11	12.905.924.627,02	12.536.618.595,33
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	56,50	52,78	52,32	57,41
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	43,70	33,16	35,42	43,77
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 200%	24.960.125.176,98	25.721.100.332,22	25.811.849.254,04	25.073.237.190,66
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 180%	22.464.112.659,28	23.148.990.299,00	23.230.664.328,64	22.565.913.471,59

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	-	-	-	-
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC) <sup>2</sup>	487.195.340,49	487.195.340,49	487.195.340,49	110.737.633,03
PASSIVO ATUARIAL				
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA				
DEPÓSITOS	320.705.008,37	320.705.008,37	136.197.103,43	193.238.540,66
RP NÃO-PROCESSADOS	538.248.099,03	322.359.227,47	226.295.505,82	545.995.826,47
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SIAFEM - SEPLAN; 16/MAR/2018; 17h

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, esse saldo negativo não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da “Insuficiência Financeira”, no quadro “Outros Valores não integrantes da Dívida Consolidada”. Assim, quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor dessa linha deverá ser (0) “zero”.

2. Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha “Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos”

Nota:

A linha “Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios” compreende o total do saldo remanescente das Dívidas oriundas das leis 8.727/9.496 e DMLP



Tabela 2.1

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA											
<Exercício em que o ente excedeu o limite>			<Exercício do primeiro período seguinte>			<Exercício do segundo período seguinte>			<Exercício do terceiro período seguinte>		
<Quadrimestre/Semestre>			<Primeiro período seguinte>			<Segundo período seguinte>			<Terceiro período seguinte>		
Limite Máximo	% DCL	% Excedente	Redutor mínimo de 25% do Excedente (d) = (0,25*c)	Limite	% DCL	Redutor Residual	Limite	% DCL	Redutor Residual	Limite	% DCL
(a)	(b)	(c) = (b-a)	(d) = (0,25*c)	(e) = (b-d)	(f)	(g) = (f-a)	(h) = (e)	(i)	(j) = (i-a)	(k) = (a)	(l)

Tabela 2.2

TRAJETÓRIA DE AJUSTE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA EM CADA EXERCÍCIO FINANCEIRO												
Exercício Financeiro	2001			2002			2003			2004		
	3º Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre		
	DCL	Excedente <sup>2</sup>	Redutor	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º
% da DCL sobre a RCL	210,00%	10,00%	10,00%	186,00%	209,00%	227,00%	207,00%	202,00%	222,00%	206,00%	199,00%	174,00%
% Limite de Endividamento												
Exercício Financeiro	2005			2006			2007			2008		
	Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre		
	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º
% da DCL sobre a RCL	155,00%	129,00%	118,00%	118,13%	111,45%	115,24%	95,36%	86,61%	91,42%	73,17%	70,52%	74,97%
% Limite de Endividamento								45,71%				37,48%
Exercício Financeiro	2009			2010			2011			2012		
	Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre		
	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º
% da DCL sobre a RCL	78,44%	60,34%	68,72%	60,32%	61,42%	64,55%	32,68%	30,78%	39,16%	32,68%	30,78%	41,12%
% Limite de Endividamento			34,36%			32,28%			23,70%			20,56%
Exercício Financeiro	2013			2014			2015			2016		
	Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre		
	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º
% da DCL sobre a RCL	29,00%	30,28%	38,21%	28,85%	32,30%	51,68%	47,18%	39,10%	43,70%	47,18%	39,10%	43,70%
% Limite de Endividamento			19,10%			25,84%			30,08%			21,85%
Exercício Financeiro	2017			2018			2019			2020		
	Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre		
	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º
% da DCL sobre a RCL	33,16%	35,42%	43,77%									
% Limite de Endividamento			21,89%									

FONTE: SIAFEM - SEPLAN; 16/MAR/2018;  
17h

<sup>2</sup> O excedente em relação ao limite apurado ao final do exercício de 2001 deverá ser reduzido, no mínimo, à proporção de 1/15 (um quinze avos) a cada exercício financeiro. O valor da redução anual, 1/15 (um quinze avos) do excedente, é apresentado na coluna Redutor.

Nota:

**Tabela 3 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores**

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF - ANEXO III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º) Em reais

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)	-	-	-	-
Aval ou fiança em operações de crédito	-	-	-	-
Outras garantias nos Termos da LRF	-	-	-	-
INTERNAS (II)	12.331.699,73	12.102.024,62	11.907.916,98	12.516.726,31
Aval ou fiança em operações de crédito - Centrais Elétricas do MA	12.331.699,73	12.102.024,62	11.907.916,98	12.516.726,31
Outras garantias nos Termos da LRF				
<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)</b>	<b>12.331.699,73</b>	<b>12.102.024,62</b>	<b>11.907.916,98</b>	<b>12.516.726,31</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	12.480.062.588,49	12.860.550.166,11	12.905.924.627,02	12.536.618.595,33
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,10	0,09	0,09	0,10
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <22%>	2.745.613.769,47	2.829.321.036,54	2.839.303.417,94	2.758.056.090,97
LIMITE DE ALERTA (inciso III, § 1º do artigo 59) - <19,80%>	2.471.052.392,52	2.546.388.932,89	2.555.373.076,15	2.482.250.481,88

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)	1.903.150.308,84	1.682.168.746,34	1.652.813.458,14	1.733.412.653,89
Aval ou fiança em operações de crédito	1.903.150.308,84	1.682.168.746,34	1.652.813.458,14	1.733.412.653,89
Outras garantias nos Termos da LRF				
INTERNAS (VI)	-	-	-	-
Aval ou fiança em operações de crédito				
Outras garantias nos Termos da LRF				
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V + VI)</b>	<b>1.903.150.308,84</b>	<b>1.682.168.746,34</b>	<b>1.652.813.458,14</b>	<b>1.733.412.653,89</b>

FONTE: SIAFEM - SEPLAN; 15/MAR/2018; 17h

Nota: 1 Inclui garantias concedidas por meio de Fundos

## Tabela 4 - Demonstrativo das Operações de Crédito

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

Em reais

<u>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</u>	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna		
Externa		
Contratual	233.329.029,71	451.555.434,10
Interna	233.329.029,71	451.555.434,10
Empréstimos	233.329.029,71	451.555.434,10
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro		
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços		
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)		
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 <sup>1</sup>		
Externa	0,00	0,00
Empréstimos		
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro		
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços		
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)		
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 <sup>1</sup>		
<b>TOTAL (I)</b>	233.329.029,71	451.555.434,10

<u>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</u>	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL	12.536.618.595,33	
OPERAÇÕES VEDADAS (II)	0,00	0,00%
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (III)= (Ia + II)	451.555.434,10	3,60%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	2.005.858.975,25	16,00%
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	1.805.273.077,73	14,40%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	877.563.301,67	7,00%

<b><u>OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA</u></b>	<b>VALOR REALIZADO</b>	
	<b>No Quadrimestre de Referência</b>	<b>Até o Quadrimestre de Referência (a)</b>
-		
-		
-		
-		
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos		
Contribuições Previdenciárias		
FGTS		
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas		

FONTE: Sistema SIAFEM, Unidade Responsável: SEPLAN; 15/MAR/2018, 16h.

1 Conforme Manual de Instrução de Pleitos - MIP STN/COPEM, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites. No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão seus efeitos contabilizados para fins da contratação de outras operações de crédito.

Notas:

ESTADO DO MARANHÃO – PODER EXECUTIVO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) <sup>1</sup>	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)		(g) = (a - (b + c + d + e) - f)	
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>	<b>1.537.224.178,01</b>	-	<b>189.718.351,40</b>	<b>8.807.022,20</b>	<b>274.726.460,43</b>	-	<b>1.063.972.343,98</b>	<b>360.322.979,65</b>
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	7.220.252,05	-	80.687.889,62	6.139.681,96	54.769.499,53	-	(134.376.819,06)	50.813.489,93
Transferências do FUNDEB 60%	68.476.318,66	-	17.062.779,86	-	97.542.480,25	-	(46.128.941,45)	-
Transferências do FUNDEB 40%	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Recursos Destinados à Educação	86.542.633,25	-	723.539,24	1.810.447,04	280.532,99	-	83.728.113,98	4.071.562,23
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	8.000.241,38	-	20.095.743,54	-	974.844,65	-	(13.070.346,81)	137.344.743,50
Outros Recursos Destinados à Saúde	88.968.235,93	-	1.634.794,04	-	3.322.852,34	-	84.010.589,55	30.930.785,94
Recursos Destinados à Assistência Social	12.389.967,33	-	45,00	-	-	-	12.389.922,33	361.125,18
Recursos destinados ao RPPS - Plano Previdenciário	665.614.014,07	-	-	-	116.378.457,38	-	549.235.556,69	-
Recursos destinados ao RPPS - Plano Financeiro	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação e à Saúde)	294.281.928,16	-	35.017.597,48	96.872,40	624.407,55	-	258.543.050,73	43.490.567,67
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	305.730.587,18	-	34.495.962,62	760.020,80	833.385,74	-	269.641.218,02	93.310.705,20
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)</b>	<b>571.628.236,65</b>	-	<b>227.343.313,91</b>	<b>2.359.903,06</b>	<b>161.581.427,51</b>	-	<b>180.343.592,17</b>	<b>185.672.846,82</b>
Recursos Ordinários - Tesouro - 101	571.628.236,65	-	227.343.313,91	2.359.903,06	161.581.427,51	-	180.343.592,17	185.672.846,82
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>2.108.852.414,66</b>	-	<b>417.061.665,31</b>	<b>11.166.925,26</b>	<b>436.307.887,94</b>	-	<b>1.244.315.936,15</b>	<b>545.995.826,47</b>

FONTE: SIAFEM - SEPLAN; 16/mar/2018; 14h

Nota:

Tabela 5 – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

ESTADO DO MARANHÃO – TODOS OS PODERES  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)*	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)		(g) = (a - (b + c + d + e) - f)	
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>	<b>1.537.224.178,01</b>	-	<b>189.718.351,40</b>	<b>8.807.022,20</b>	<b>274.726.460,43</b>	-	<b>1.063.972.343,98</b>	<b>360.322.979,65</b>
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	7.220.252,05	-	80.687.889,62	6.139.681,96	54.769.499,53	-	(134.376.819,06)	50.813.489,93
Transferências do FUNDEB 60%	68.476.318,66	-	17.062.779,86	-	97.542.480,25	-	(46.128.941,45)	-
Transferências do FUNDEB 40%	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Recursos Destinados à Educação	86.542.633,25	-	723.539,24	1.810.447,04	280.532,99	-	83.728.113,98	4.071.562,23
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	8.000.241,38	-	20.095.743,54	-	974.844,65	-	(13.070.346,81)	137.344.743,50
Outros Recursos Destinados à Saúde	88.968.235,93	-	1.634.794,04	-	3.322.852,34	-	84.010.589,55	30.930.785,94
Recursos Destinados à Assistência Social	12.389.967,33	-	45,00	-	-	-	12.389.922,33	361.125,18
Recursos destinados ao RPPS - Plano Previdenciário	665.614.014,07	-	-	-	116.378.457,38	-	549.235.556,69	-
Recursos destinados ao RPPS - Plano Financeiro	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação e à Saúde)	294.281.928,16	-	35.017.597,48	96.872,40	624.407,55	-	258.543.050,73	43.490.567,67
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	305.730.587,18	-	34.495.962,62	760.020,80	833.385,74	-	269.641.218,02	93.310.705,20
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)</b>	<b>774.171.258,80</b>	-	<b>228.096.872,80</b>	<b>2.359.903,06</b>	<b>164.042.757,40</b>	-	<b>379.671.725,54</b>	<b>245.904.537,27</b>
Recursos Ordinários - Tesouro - 101	774.171.258,80	-	228.096.872,80	2.359.903,06	164.042.757,40	-	379.671.725,54	245.904.537,27
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>2.311.395.436,81</b>	-	<b>417.815.224,20</b>	<b>11.166.925,26</b>	<b>438.769.217,83</b>	-	<b>1.443.644.069,52</b>	<b>606.227.516,92</b>

FONTE: SIAFEM - SEPLAN; 16/mar/2018; 14h

Nota:

Nota: 1. Essa coluna poderá apresentar valor negativo, indicando, nesse caso, insuficiência de caixa após o registro das obrigações financeiras.

Tabela 7 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO - PODER EXECUTIVO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

LRF, art. 48 - Anexo VII		Em reais	
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>		<b>VALOR ATÉ O BIMESTRE</b>	
Receita Corrente líquida		12.536.618.595,33	
<b>DESPESA COM PESSOAL</b>		<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
Despesa Total com Pessoal - DTP		5.187.542.638,45	41,38
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <49%>		6.142.526.611,71	49,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <46,55%>		5.835.400.281,13	46,55%
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA</b>		<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
Dívida Consolidada Líquida		5.487.449.666,98	43,77
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		25.073.237.190,66	200,00%
<b>GARANTIAS DE VALORES</b>		<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
Total das Garantias		12.516.726,31	0,10
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		2.758.056.090,97	22,00%
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>		<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
Operações de Crédito Internas e Externas		451.555.434,10	3,60%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		-	0,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		2.005.858.975,25	16,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		877.563.301,67	7,00%
<b>RESTOS A PAGAR</b>		<b>INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO</b>	<b>DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)</b>
Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos		545.995.826,47	1.244.315.936,15

FONTE: SIAFEM - SEPLAN; 16/mar/2018; 17h